

Tibagi Energia SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, ao Conselho e à Administração da
Tibagi Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tibagi Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibagi Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG


Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.128	3.809	Fornecedores	12	1.579	1.661
Aplicações financeiras	7	36.926	32.822	Debêntures	13	19.042	17.054
Contas a receber de clientes	8	6.922	7.832	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		149	143
Impostos a recuperar		-	84	Impostos, contribuições e taxas a recolher		660	943
Despesas antecipadas		727	685	Dividendos a pagar	16	904	885
Outros ativos circulantes		243	931	Provisões para compromissos futuros	14	843	986
Total dos ativos circulantes		48.946	46.163	Encargos setoriais		573	502
				Outros passivos		174	156
				Total dos passivos circulantes		23.924	22.330
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Depósito em garantia	9	13.848	12.980	Fornecedores	12	50	-
Depósito judicial		18	18	Debêntures	13	217.537	219.622
Imobilizado	10	187.496	192.118	Encargos setoriais		-	383
Intangível	11	1.681	2.179	Obrigações vinculadas a concessão		380	-
Total dos ativos não circulantes		203.043	207.295	Total dos passivos não circulantes		217.967	220.005
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
					16		
				Capital social		4.000	4.000
				Reserva de lucros		800	706
				Dividendos adicionais propostos		5.298	6.417
				Total do patrimônio líquido		10.098	11.123
TOTAL DOS ATIVOS		251.989	253.458	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		251.989	253.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	17	54.364	51.963
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	10, 11 e 18	(6.469)	(6.270)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		(4.745)	(4.524)
Custos com manutenção		(1.404)	(582)
Custos com pessoal		(1.222)	(1.342)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)		(1.136)	(1.157)
Custos com seguros		(908)	(871)
Custos com Energia Comprada Para Revenda		(612)	(77)
Custos com operação		(298)	(296)
Custos com meio ambiente		(130)	(85)
Outros custos		(21)	(44)
Taxas setoriais		(20)	(17)
	18	(16.965)	(15.265)
LUCRO BRUTO		37.399	36.698
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(1.844)	(1.610)
Despesas com depreciação e amortização		(301)	(301)
Despesas administrativas e gerais		(828)	(620)
Outras receitas operacionais		552	-
Outras despesas operacionais		(9)	-
	18	(2.430)	(2.531)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		34.969	34.167
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	19	(25.093)	(24.625)
Receitas financeiras	19	5.043	5.752
		(20.050)	(18.873)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.919	15.294
Corrente	20	(3.480)	(3.656)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		11.439	11.638
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	23	0,250	0,256
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	23	0,850	0,844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.439	11.638
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>11.439</u>	<u>11.638</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucro/Prejuízo acumulado	Total
	Capital social	Reserva Legal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.752	124	356	-	12.232
Redução de capital	16 (7.752)	-	-	-	(7.752)
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2022 (R\$ 0,01 por ação)	-	-	(356)	-	(356)
Lucro líquido do período	-	-	-	11.638	11.638
Destinações:					-
Reserva legal	-	582	-	(582)	-
Dividendos declarados imputado aos preferencialistas (R\$ 0,84 por ação)	-	-	-	(1.802)	(1.802)
Dividendos declarado imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 0,06 por ação)	-	-	-	(2.314)	(2.314)
Dividendos declarados adicionais (R\$ 0,01 por ação)	-	-	-	(523)	(523)
Dividendos propostos adicionais (R\$ 0,17 por ação)	-	-	6.417	(6.417)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	4.000	706	6.417	-	11.123
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2023 (R\$ 0,17 por ação)	-	-	(6.417)	-	(6.417)
Lucro líquido do período	-	-	-	11.439	11.439
Destinações:					-
Reserva legal	-	94	-	(94)	-
Dividendos declarados imputado aos preferencialistas (R\$ 0,85 por ação)	-	-	-	(1.816)	(1.816)
Dividendos declarado imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 0,06 por ação)	-	-	-	(2.382)	(2.382)
Dividendos declarados adicionais (R\$ 0,05 por ação)	-	-	-	(1.849)	(1.849)
Dividendos propostos adicionais (R\$ 0,14 por ação)	-	-	5.298	(5.298)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	4.000	800	5.298	-	10.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.919	15.294
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado com baixa de ativo imobilizado	10, 11 e 24	487	398
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	19	(3)	(3)
Rendimentos de aplicações financeiras		(4.765)	(5.664)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	14	290	268
Atualização financeira sobre P&D		(42)	22
Depreciação e amortização	10, 11 e 18	6.770	6.571
Encargos financeiros sobre debêntures	13	23.910	23.434
Apropriação do custo de transação de debêntures	13	641	641
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		910	(876)
Impostos a recuperar		(993)	995
Despesas antecipadas		(42)	(27)
Depósitos judiciais		3	-
Outros ativos		688	(748)
Fornecedores		14	(147)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		6	(75)
Impostos, contribuições e taxas a recolher		134	(1.731)
Provisão de férias e 13º salário		19	44
Pagamento compromissos futuros	14	(675)	(1.085)
Outras contas a pagar		(336)	207
Caixa gerado pelas operações		41.935	37.518
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Juros pagos sobre debêntures	13	(12.422)	(12.618)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(2.818)	(2.792)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		26.695	22.108
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	10, 11 e 24	(1.498)	(4.512)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(1.498)	(4.512)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aplicações financeiras		(207)	7.997
Redução de capital	16	-	(7.752)
Pagamento de principal de debêntures	13	(12.226)	(12.111)
Pagamento de dividendos	16	(12.445)	(6.105)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(24.878)	(17.971)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		319	(375)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	3.809	4.184
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	4.128	3.809
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		319	(375)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tibagi Energia SPE S.A. ("Companhia" ou "Tibagi"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, tem por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação e a manutenção de Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia do Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná ("UHE Tibagi Montante"), bem como a geração e a comercialização de energia elétrica. Sua sede administrativa está localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e sua filial na cidade de Tibagi, Estado do Paraná.

Para explorar o potencial da UHE Tibagi Montante como produtora independente de energia elétrica, a Companhia obteve a autorização do Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Portaria nº 486/2015, pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada por trinta anos nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

A Companhia iniciou sua operação comercial no ano de 2019, tendo a primeira unidade geradora sido liberada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a partir de 5 de outubro de 2019, a segunda a partir de 14 de novembro de 2019 e a terceira a partir de 6 de dezembro de 2019, por meio dos despachos de nº 2750/2019, 3174/2019 e 3401/2019, respectivamente.

Para comercialização da energia gerada, a Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). O CCEAR é o contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), como resultado da participação nos leilões de energia elétrica organizados para os empreendimentos de geração de energia já existentes e novos empreendimentos.

No ano de 2015, no âmbito do Leilão nº 04/2015, a Companhia firmou CCEARs, na modalidade de quantidade de energia, no montante de 19 MW médios, com início de suprimento em 1º de janeiro 2020, ao preço de R\$209,50/MWh, referenciado ao mês abril de 2015, anualmente atualizado pelo IPCA, sempre no mês de janeiro de cada ano.

Já no ano de 2019, antes do início da operação comercial, 1,2 MW médios adicionais foram comercializados no âmbito Leilão nº 04/2019, com início de suprimento em janeiro de 2025, ao preço de R\$157,08MWh, com data-base de outubro de 2019, anualmente atualizado pelo IPCA, sempre no mês de janeiro de cada ano.

Até o início de suprimento do Leilão nº 04/2019, o montante descontratado de 2MW médios vinha sendo integralmente comercializado no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") por meio de contratos *ex-ante* e *ex-post* no Mercado de Curto Prazo ("MCP"). De janeiro a dezembro de 2024 foram firmados 12 (doze) Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

A Companhia repactuou o risco hidrológico na modalidade SP100 (i) para o volume de 19MW médios, a partir de janeiro/2020, anuído pela ANEEL nos termos do Despacho nº 3256/2019, ao preço de R\$21,41/MWh, referenciado ao mês de janeiro de 2019 e (ii) 1,2MW médios, a partir de janeiro/2025, anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3443/2024, ao preço de R\$34,42/MWh, referenciado à data-base de janeiro de 2024, em ambos os casos anualmente atualizado pela variação do IPCA (“Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico”). Para o ano de 2024, o valor vigente foi de R\$28,43/MWh.

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulante	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Norma	Descrição da alteração
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 02	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade
CPC 26	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperada que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, segue adotando a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

4.2.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando o direito de receber fluxos de caixa tenha vencido ou tenha sido transferido e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

4.2.2 Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

4.2.2.1 Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras da Companhia (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras da Companhia.

4.2.3 Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.3 Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da UHE Tibagi Montante, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam da vida útil destes ativos.

Para os móveis e utensílios, computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada ao final desta vigência pelo prazo de trinta anos adicionais, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Caso contrário, nos termos do art. 10 da Resolução Normativa ANEEL nº 921/2021, ao final do prazo da autorização, os bens e instalações passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

A Companhia, mediante seus órgãos técnicos, avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, e concluiu que a vida útil dos ativos da Companhia está em linha com as taxas de depreciação previstas no MCPSE e, por isso, é razoável utilizá-las.

O entendimento da Administração é que com respaldo nas autorizações outorgadas pela ANEEL, bem como no previsto na Lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultada às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).

Em contraponto, ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Portanto, no caso da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que a UHE Tibagi Montante possui vida útil superior ao prazo da outorga vigente, que, por sua vez, será renovada por período de 30 anos, mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

4.4 Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 11, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

4.5 Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 14).

4.7 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.8 Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

4.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social foram calculados com base no lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

4.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos preferenciais, destinados aos acionistas preferenciais da Companhia, e de dividendos mínimos obrigatórios, destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias, é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao término do exercício social, conforme disposto no estatuto social da Companhia. Os valores que excederem o mínimo obrigatório são provisionados somente na data de sua aprovação, de acordo com o estatuto social, permanecendo alocados em reserva específica no patrimônio líquido até que sua distribuição seja efetivamente aprovada.

4.12 Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

4.13 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), conforme aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização 35 (trinta e cinco) anos, as outorgas serão renovadas por 30 (trinta) anos, mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação, reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica e programas ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração entende que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	41	22
Aplicações financeiras	4.087	3.787
Total	<u>4.128</u>	<u>3.809</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB junto ao Banco Itaú Unibanco e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado entre 97,0% e 101,50 % (97,0% a 101,50 % em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Do valor total registrado sob a rubrica de "Aplicações Financeiras", o montante de R\$794 (R\$937 em 31 dezembro de 2023) é proveniente da Conta O&M - Livre Movimento, conta corrente de livre movimento de titularidade da Companhia mantida junto ao Santander e atrelada à primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição realizada pela Companhia ("Emissão de Debêntures" e "Debêntures", respectivamente), na qual deverão ser mantidos depositados, ao final de cada trimestre civil, recursos equivalentes a, no mínimo, 3 (três) vezes o gasto médio mensal efetivamente desembolsado nos últimos 3 (três) exercícios sociais mais recentes, atualizados monetariamente pela variação acumulada do IPCA, para fazer frente às atividades de operação e manutenção da UHE Tibagi Montante.

Sendo assim, tendo como base o disposto no contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), a Companhia poderá dispor livremente dos valores disponíveis na Conta O&M - Livre Movimento, desde que a conta esteja devidamente preenchida nas datas trimestrais de sua verificação pelo Agente Fiduciário.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras vinculadas (a)	14.563	12.420
Fundos de investimentos (b)	22.363	20.402
Total	<u>36.926</u>	<u>32.822</u>

- a) As aplicações financeiras vinculadas são aquelas relativas às contas vinculadas à Emissão de Debêntures, conforme apresentado no detalhamento abaixo. Para movimentar tais aplicações, a Companhia precisa da autorização do Agente Fiduciário. Esses investimentos consistem em aplicações em CDB, remunerados à taxa de mercado entre 95,0% e 99,0% do CDI (97,0% e 99,0% em 31 de dezembro de 2023).

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta Centralizadora (i)	1.302	327
Conta Provisão (ii)	13.261	12.093
Total	<u>14.563</u>	<u>12.420</u>

- (i) Conta Centralizadora: Conta transitória, para a qual são direcionados todos os recebíveis da Companhia cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures, conforme previsto nos contratos relacionados à Emissão de Debêntures.

(ii) Conta Provisão: É composta pelos recursos provisionados para pagamento da próxima parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos juros remuneratórios e outros valores e encargos relacionados às Debêntures, conforme disposto na Escritura de Emissão das Debêntures e no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios. Para tanto, o Agente Fiduciário orienta o Banco Administrador a transferir, mensalmente, dos recursos depositados na Conta Centralizadora, o valor correspondente a, no máximo, 1/6 (um sexto) do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida, que representa o somatório dos juros remuneratórios e da parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures projetados para a próxima data de amortização das Debêntures (“Saldo Mínimo do Serviço da Dívida”).

b) Os Fundos de investimentos referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Itaú e Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e são remuneradas a taxas de mercado a 95,8% a 112,0% do CDI (40,0% a 105,0 % em 31 de dezembro de 2023). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes Energia Elétrica Faturada	1.848	3.045
Clientes Energia Elétrica a Faturar	<u>5.074</u>	<u>4.787</u>
Total	<u>6.922</u>	<u>7.832</u>

<u>Contas a receber por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	6.649	7.674
Vencidos:		
Até 30 dias (a)	<u>273</u>	<u>158</u>
Total	<u>6.922</u>	<u>7.832</u>

a) A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base (i) nas características dos CCEARs, regulados e fiscalizados pela ANEEL e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), bem como (ii) na sistemática das vendas de energia no Ambiente Livre, que estabelece o recebimento anterior ao registro da energia em favor do comprador, e (iii) na sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber.

9. DEPÓSITO EM GARANTIA

A Conta Reserva é composta pelo somatório do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida e do Depósito Complementar ICSD (caso necessário, a Companhia poderá depositar na Conta Reserva o montante complementar necessário para atingir o ICSD de 1,20x, que será retido na conta, seguindo as diretrizes dispostas na escritura da Emissão de Debêntures e no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios) (“Saldo Mínimo da Conta Reserva”).

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta Reserva	13.848	12.980
	<u>13.848</u>	<u>12.980</u>

O saldo da Conta Reserva é aplicado em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Santander e são remuneradas a taxas de mercado a 95,0% a 99,0% do CDI (97,0% a 99,0% em 31 de dezembro de 2023). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

10. IMOBILIZADO

Composição do imobilizado	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo Histórico	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	1,64%	12.437	(1.045)	11.392	11.596
Turbina Hidráulica	2,50%	34.673	(4.136)	30.537	31.235
Geradores	3,33%	12.008	(2.013)	9.995	10.379
Comporta	3,33%	6.751	(1.181)	5.570	5.795
Estrutura de tensão	3,51%	540	(101)	439	458
Casa de força produção hidráulica	3,33%	23.453	(2.413)	21.040	21.511
Reservatório, barragem, adutora	2%	94.126	(9.751)	84.375	86.756
Outras máquinas e equipamentos	3,75%	18.101	(3.535)	14.566	15.220
Imobilizado em curso	-	1.966	-	1.966	1.335
Provisão para gastos socioambientais	-	159	-	159	75
Custos de empréstimos capitalizados	3,33%	9.042	(1.585)	7.457	7.758
		<u>213.256</u>	<u>(25.760)</u>	<u>187.496</u>	<u>192.118</u>
Custo:	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Terrenos	12.437	-	-	-	12.437
Turbina hidráulica	34.506	-	-	167	34.673
Gerador	11.993	-	-	15	12.008
Comporta	6.751	-	-	-	6.751
Estrutura de tensão	540	-	-	-	540
Casa de força produção hidráulica	23.453	-	-	-	23.453
Reservatório, barragem, adutora	94.613	65	-	(552)	94.126
Outras máquinas e equipamentos	18.056	-	(3)	48	18.101
Imobilizado em curso (*)	1.335	1.343	(485)	(227)	1.966
Custos de empréstimos capitalizados	9.042	-	-	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais	76	-	(466)	549	159
	<u>212.802</u>	<u>1.408</u>	<u>(954)</u>	<u>-</u>	<u>213.256</u>
(-) Depreciação:					
Terrenos	(841)	(204)	-	-	(1.045)
Turbina hidráulica	(3.271)	(865)	-	-	(4.136)
Gerador	(1.614)	(399)	-	-	(2.013)
Comporta	(956)	(225)	-	-	(1.181)
Estrutura de tensão	(82)	(19)	-	-	(101)
Casa de força produção hidráulica	(1.943)	(470)	-	-	(2.413)
Reservatório, barragem, adutora	(7.857)	(1.894)	-	-	(9.751)
Outras máquinas e equipamentos	(2.836)	(700)	1	-	(3.535)
Custos de empréstimos capitalizados	(1.284)	(301)	-	-	(1.585)
	<u>(20.684)</u>	<u>(5.077)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(25.760)</u>
Imobilizado Líquido	<u>192.118</u>	<u>(3.669)</u>	<u>(953)</u>	<u>-</u>	<u>187.496</u>

(*) Foi aprovada pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.085 ("REN1085"), que altera a Resolução Normativa ANEEL nº 1.033 de 26.07.2022 (revogou a REN409), estabelecendo duas metodologias para apuração do desempenho das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente, dentre elas uma pressupõe a instalação de Sistema de Medição de Indisponibilidade ("SMI"), já em curso na SPE.

Os ativos que compõe o SMI foram registrados ao longo do exercício de 2024 sob a rubrica “Imobilizações em curso” e serão transferidos para a rubrica definitiva assim que o sistema estiver em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Custo:					
Terrenos	12.365	72	-	-	12.437
Turbina hidráulica	33.337	1.081	-	88	34.506
Gerador	11.993	-	-	-	11.993
Comporta	6.753	-	(2)	-	6.751
Estrutura de tensão	540	-	-	-	540
Casa de força produção hidráulica	23.324	129	-	-	23.453
Reservatório, barragem, adutora	93.642	642	(249)	578	94.613
Outras máquinas e equipamentos	17.984	84	(12)	-	18.056
Imobilizado em curso	1.448	110	(135)	(88)	1.335
Custos de empréstimos capitalizados	9.042	-	-	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais	803	-	(149)	(578)	76
	<u>211.231</u>	<u>2.118</u>	<u>(547)</u>	<u>-</u>	<u>212.802</u>
(-) Depreciação:					
Terrenos (*)	-	(841)	-	-	(841)
Turbina hidráulica	(2.426)	(845)	-	-	(3.271)
Gerador	(1.215)	(399)	-	-	(1.614)
Comporta	(731)	(225)	-	-	(956)
Estrutura de tensão	(63)	(19)	-	-	(82)
Casa de força produção hidráulica	(1.475)	(468)	-	-	(1.943)
Reservatório, barragem, adutora	(5.977)	(1.880)	-	-	(7.857)
Outras máquinas e equipamentos	(2.139)	(697)	-	-	(2.836)
Custos de empréstimos capitalizados	(983)	(301)	-	-	(1.284)
Outros	-	-	-	-	-
	<u>(15.009)</u>	<u>(5.675)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20.684)</u>
Imobilizado Líquido	<u>196.222</u>	<u>(3.557)</u>	<u>(547)</u>	<u>-</u>	<u>192.118</u>

(*) Terrenos da Companhia são depreciados de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

11. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Servidões	1,64%	456	492
Software	20%	137	18
Algoritmo Deep Learning	20%	380	-
Medidas compensatórias	10 a 25%	708	1.669
		<u>1.681</u>	<u>2.179</u>

b) Movimentação do intangível

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo:			
Servidões	529	-	529
Software	75	108	183
Algoritmo Deep Learning	-	445	445
Medidas compensatórias	<u>4.619</u>	<u>708</u>	<u>5.327</u>
	5.223	1.260	6.484
(-) Amortização:			
Software	(57)	(16)	(73)
Servidões (*)	(37)	(9)	(46)
Algoritmo Deep Learning(**)	-	(65)	(65)
Medidas compensatórias	<u>(2.950)</u>	<u>(1.669)</u>	<u>(4.619)</u>
	(3.044)	(1.758)	(4.803)
Intangível líquido	<u>2.179</u>	<u>(498)</u>	<u>1.681</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo:			
Servidões	529	-	529
Software	75	-	75
Medidas compensatórias	<u>4.613</u>	<u>6</u>	<u>4.619</u>
	5.217	6	5.223
(-) Amortização:			
Software	(42)	(15)	(57)
Servidões (*)	-	(37)	(37)
Medidas compensatórias	<u>(2.106)</u>	<u>(844)</u>	<u>(2.950)</u>
	(2.148)	(896)	(3.044)
Intangível líquido	<u>3.069</u>	<u>(890)</u>	<u>2.179</u>

(*) Os ativos intangíveis de servidão são amortizados dentro do período da autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

(**) Conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a amortização calculada sobre o valor do intangível adquirido com recurso de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") terá seu efeito anulado no resultado do exercício, sendo sua contrapartida registrada na rubrica "Obrigações vinculadas a concessão."

Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas ou externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de materiais e equipamentos	1.579	1.611
Retenções contratuais (a)	50	50
Total	<u>1.629</u>	<u>1.661</u>
Circulante	1.579	1.661
Não circulante	50	-

- (a) As retenções contratuais são valores retidos nas notas fiscais de prestação de serviços dos fornecedores contratados para executarem o serviço de implantação da usina conforme contratos firmados entre as partes.

13. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de agosto de 2019, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, tendo sido emitidas 210.000 (duzentas e dez mil) debêntures, as quais foram negociadas ao valor nominal de R\$1 mil, cada.

As Debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, sempre nos meses de janeiro e julho de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de julho de 2020 e os últimos se darão em 15 de julho de 2035.

a) Composição das Debêntures

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Último vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Debêntures	210.000	1,1594	15/07/2035	IPCA + 5,3231%a.a.	243.465	244.203
(-) Custo com transação com debêntures					(6.886)	(7.527)
Total					<u>236.579</u>	<u>236.676</u>
Circulante					19.042	17.054
Não circulante					217.537	219.622

b) Movimentação das Debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2022	237.330
Encargos financeiros sobre debêntures	23.434
Apropriação no custo de transação	641
Pagamento de juros	(12.618)
Pagamento de principal	(12.111)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	236.676
Encargos financeiros sobre debêntures	23.910
Apropriação no custo de transação	641
Pagamento de juros	(12.422)
Pagamento de principal	(12.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	236.579

c) Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2026	14.565
2027	15.841
2028	17.495
2029	18.540
2030	19.933
2031-2035	131.163
Total	217.537

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

As Debêntures emitidas pela Companhia têm como garantias: (i) a alienação fiduciária, pelos acionistas da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, de todas as novas ações que venham a ser emitidas pela Emissora e subscritas ou adquiridas no futuro, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas, dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das ações alienadas fiduciariamente; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de sua titularidade (“Cessão Fiduciária”); e (iii) fianças bancárias emitidas por instituições financeiras em favor dos debenturistas (“Garantias da Operação”).

Em 23 de dezembro de 2020 a Companhia obteve a exoneração da fiança bancária, considerando o cumprimento do evento de “Conclusão do Projeto”.

Além das garantias cedidas, a Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), que incluem, dentre outras, restrições quanto à alteração do tipo societário, mudança do controle acionário, concessão de preferência a outros créditos em detrimento das debêntures, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior, que deverá ser apurado anualmente, com período de referência de 12 meses coincidente com o ano civil. O não cumprimento dos *Covenants* e demais disposições contratuais pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou ICSD de 1,73x (1,64x em 31 de dezembro de 2023), superior, portanto, ao índice previsto nas Debêntures de 1,20x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas nos contratos relativos à Emissão de Debêntures.

14. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS

Para a implantação e operação da UHE Tibagi Montante, a Companhia precisa cumprir alguns requerimentos previstos no processo de licenciamento ambiental. Em 31 de dezembro de 2024, a composição do saldo segue abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Medidas Compensatórias (a)	732	459
Programas Ambientais (b)	111	527
Total	843	986
Circulante	843	986
Total	843	986

- (a) Medidas Compensatórias: Compreende gastos com atividades de (i) restauração, consubstanciada no plantio e manutenção das áreas plantadas, e/ou (ii) preservação ambiental desenvolvidas em propriedades do Grupo ou de terceiros, de modo que a primeira refere-se às ações de implantação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA") em Áreas de Preservação Permanente ("APP") e compensações ambientais, enquanto a última reflete as ações em unidades de conservação de terceiros ou da própria Companhia.
- (b) Programas Ambientais: Contempla todos os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental.

A movimentação do saldo da provisão nos anos de 2024 e 2023 é apresentada nos quadros a seguir:

	31/12/2023	Adição	Reversão	Liquidações	Atualização	31/12/2024
Medidas compensatórias	459	708	-	(570)	135	732
Programas ambientais	527	-	(466)	(105)	155	111
Total	986	708	(466)	(675)	290	843
Passivo circulante	986					843

	31/12/2022	Adição	Reversão	Liquidações	Atualização	31/12/2023
Medidas compensatórias	844	6	-	(507)	116	459
Programas ambientais	1.102	-	(149)	(578)	152	527
Total	1.946	6	(149)	(1.085)	268	986
Passivo circulante	1.946					986

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui riscos relativos a questões ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	31/12/2024	31/12/2023
Riscos ambientais (a)	5.000	5.113
Riscos trabalhistas (b)	1.032	-
Total	6.032	5.113

- (a) Cuida-se de ação judicial que versa sobre matéria ambiental em que a Companhia figura como ré e autuada. Discute-se a ocorrência de suposta irregularidade ambiental, sendo um evento de mortandade de peixes.
- (b) Ações trabalhistas se referem, exclusivamente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados de terceiros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$4.000 (em 31 de dezembro de 2023 R\$4.000), representado por 38.442.852 ações ordinárias, e 2.135.646 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da Companhia da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	Ações			Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	%	Ordinárias	Preferenciais	%
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	27.974.863	-	68,94%	27.974.863	-	68,94%
Parh Participações em Hidrelétricas S.A.	10.467.989	-	25,80%	10.467.989	-	25,80%
Guartela Energia SPE S.A.	-	2.135.646	5,26%	-	2.135.646	5,26%
Total	38.442.852	2.135.646	100,00%	38.442.852	2.135.646	100,00%

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia, e fazem jus a dividendo especial, calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia.

Redução de capital

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 14 de julho de 2023, foi aprovada redução de capital da Companhia, no montante de R\$7.752, passando de R\$11.752 para R\$4.000, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A. A quantia total da redução de capital social foi paga aos acionistas proporcionalmente à sua participação no capital social da Companhia.

b) Reservas

Reservas de lucros

(i) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, constituiu-se o valor de R\$94 (R\$582 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Dividendo Especial (ações preferenciais)

Conforme expresso no Acordo de Acionistas da Companhia, durante o período compreendido entre (i) o início da operação da UHE Tibagi Montante e (ii) a quitação do financiamento da Companhia, o titular das ações preferenciais terá direito exclusivamente a dividendo especial, prioritário e cumulativo, calculado com base nas regras dispostas no Acordo de Acionistas (“Dividendo Especial”).

Durante esse período, as ações preferenciais não participarão da distribuição de qualquer montante remanescente do lucro da Companhia, de modo que não farão jus à distribuição de valores a título de dividendos que não seja o Dividendo Especial.

Em 28 de março de 2023, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o pagamento de R\$1.407 aos acionistas detentores de ações preferenciais a título de dividendos especiais. Já na Reunião do Conselho de Administração de 12 de setembro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos referentes ao 1º semestre de 2023, cabendo aos acionistas detentores de ações preferenciais o montante de R\$917, totalizando em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$2.324.

Em 15 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais, cabendo aos acionistas detentores de ações preferenciais o montante de R\$885. Por fim, em 12 de agosto de 2024, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos relativos ao 1º semestre de 2024, cabendo aos acionistas detentores de ações preferenciais, o valor de R\$912, totalizando em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$1.797.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.407
Dividendos preferenciais distribuídos	1.802
Dividendos preferenciais pagos	(2.324)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>885</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	885
Dividendos preferenciais distribuídos	1.816
Dividendos preferenciais pagos	(1.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>904</u>

(iii) Dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais (ações ordinárias)

O Estatuto Social determina que os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia têm direito a dividendo mínimo obrigatório anual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 28 de março de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na qual foi aprovado o pagamento de R\$944 aos titulares de ações ordinárias, sendo de R\$588 a título de dividendos mínimos obrigatórios, e R\$356 a título de dividendos adicionais.

Já em 12 de setembro de 2023, em sede de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos referentes ao 1º semestre de 2023, sendo pago o montante de R\$2.837 aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Em 15 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$6.417 aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Por fim, em 12 de agosto de 2024, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos relativos ao 1º semestre de 2024, no valor total de R\$5.143, cabendo aos acionistas detentores de ações ordinárias o montante de R\$4.231.

	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro líquido do exercício	11.439	11.638
(-) Reserva Legal (5%)	(94)	(582)
(=) Base de cálculo dos dividendos	11.345	11.056
(=) Dividendos especiais preferenciais	1.816	1.802
(-) Dividendos especiais preferenciais pagos	912	917
(=) Dividendos especiais preferenciais a pagar	904	885
(=) Base de cálculo dividendos ordinaristas	9.530	9.254
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (25%)	2.382	2.314
(-) Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório pagos	2.382	2.314
(=) Dividendos declarados imputados ao mínimo obrigatório a pagar	-	-
Dividendos propostos adicionais	7.147	6.940
(-) Dividendos declarados propostos adicionais pagos	1.849	523
(=) Dividendos propostos adicionais a pagar	5.298	6.417

(iv) Dividendo a pagar (ações ordinárias)

Saldo em 31 de dezembro de 2022	588
Dividendos distribuídos	4.110
Dividendos pagos	(4.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Dividendos distribuídos	10.648
Dividendos pagos	(10.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	58.068	56.035
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS	(2.120)	(2.045)
Outras deduções	(1.584)	(2.027)
	(3.704)	(4.072)
Receita líquida	54.364	51.963

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(6.770)	(6.571)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(4.745)	(4.524)
Pessoal e administradores	(3.066)	(2.952)
Manutenção	(1.404)	(582)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)	(1.136)	(1.157)
Seguros	(908)	(871)
Aquisição de energia	(612)	(77)
Serviços de terceiros	(602)	(474)
Operação	(298)	(296)
Meio Ambiente	(130)	(85)
Taxas setoriais	(20)	(17)
Tributos	(7)	(14)
Resultado na alienação de ativos	(2)	-
Outras receitas e (despesas), líquidas	305	(176)
Total	(19.395)	(17.796)
Custo das vendas de energia	(16.965)	(15.265)
Outras despesas	(2.430)	(2.531)

- (i) Repactuação do Risco Hidrológico: prêmio pago mensalmente pela Companhia à CCEE, direcionado à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária ("CCRBT"), em virtude da repactuação do risco hidrológico pela Companhia, tendo como base o disposto no Termo de Repactuação do Risco Hidrológico - ACR firmado pela Companhia junto à ANEEL.
- (ii) Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição ("EUSD"): encargo pago pela Companhia à distribuidora, na qualidade de geradora de energia, relativo ao uso do sistema de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Uso do Sistema De Distribuição ("CUSD").

Remuneração do Pessoal Chave

Em 31 de dezembro de 2024, registrou-se o pagamento, a título de remuneração das pessoas chave, do montante de R\$34 (R\$465 em 31 de dezembro de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras:		
Juros, atualizações sobre dívidas financeiras	(23.910)	(23.434)
Custos de transação de debêntures	(641)	(641)
IOF s/ aplicação financeira	(9)	(27)
Ajuste a valor presente sobre compromissos futuros	(290)	(268)
Taxas de administração e manutenção	(208)	(221)
Outras despesas financeiras	(35)	(34)
Total	(25.093)	(24.625)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.850	5.664
Atualização de depósito judicial	3	3
Outras receitas financeiras	190	85
Total	5.043	5.752
Total	(20.050)	(18.873)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita Corrente	58.068	58.068	56.035	56.035
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	4.850	4.850	5.751	5.751
Outras receitas	194	194		
Base de cálculo	9.689	12.012	10.234	12.475
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(2.423)	(1.081)	(2.558)	(1.122)
Diferença de alíquota (*)	24		24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.399)	(1.081)	(2.534)	(1.122)

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de suas aplicações financeiras é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, e remuneradas a taxas de mercado variando de 95,0% a 101,5% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 6, 7 e nº 9.

Já quanto aos passivos, a Companhia está exposta às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade da Companhia de realizar pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures por ela emitidas, no volume, preço, e momento desejados. A Companhia mitiga o risco de liquidez a qual está exposta realizando o monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como por meio da manutenção de saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos da Companhia e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados da Companhia, tendo como base a data mais próxima na qual a Companhia possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2024.

	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	12	1.579	1.579	519	1.060	-
Debêntures (*)	13	243.465	398.638	13.204	13.425	372.009
Total		245.044	400.217	13.723	14.485	372.009

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures, conforme nota explicativa nº 13.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

Ativos financeiros	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalente de caixa	6	4.128	3.809
Aplicações financeiras	7	36.926	32.822
Conta Reserva	9	13.848	12.980
Contas a receber	8	6.922	7.832
Total		61.824	57.443
Passivos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores	12	1.629	1.661
Debêntures	13	243.465	244.203
Outros passivos		747	658
Total		245.841	246.522

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro da Companhia, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia entende que os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros listados no quadro acima se aproximam dos seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2024, com exceção do saldo relativo às Debêntures, cujo valor justo na referida data base foi estimado tendo como base a taxa de juros aplicável à dívida, em conformidade com os critérios para mensuração do valor justo dos ativos e passivos (nível 2 da hierarquia), nos termos demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures - IPCA + 5,3231%a.a.	221.701	254.910

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia e apresentado a seguir, objetivando evidenciar eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 27 de dezembro de 2024) CDI (11,75%) e IPCA (4,90%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados seguem apresentados abaixo:

Operação	Nota	Exposição 31/12/2024	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.128	Baixa do CDI	485	364	243
Aplicação financeira	7	36.926	Baixa do CDI	4.339	3.254	2.169
Conta reserva	9	13.848	Baixa do CDI	1.627	1.220	814
Debêntures	13	243.465	Aumento do IPCA + 5,3231	24.890	31.112	37.335

Gestão do risco de capital

Considerando que a Companhia possui debêntures emitidas, está exposta ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição da Companhia a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, a Companhia monitora a dívida (Debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pela Companhia é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de captação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2023, são:

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures (nota explicativa nº 13)	243.465	244.203
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva (nota explicativa nº 6, 7 e 9)	(54.902)	(49.611)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	<u>188.563</u>	<u>194.592</u>
Total do patrimônio líquido	<u>10.098</u>	<u>11.123</u>
Total do capital (b)	<u>198.661</u>	<u>205.715</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	95%	95%

22. COBERTURA DE SEGUROS

Seguro "Directors & Officers" ("D&O")

A Companhia renovou a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2025, mantendo a cobertura no montante de R\$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras Companhias do mesmo grupo econômico).

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 04 de outubro de 2025, para cobertura das quantias que vier a ser responsável civilmente, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, decisão em juízo arbitral, ou em acordo autorizado de modo expresso pela seguradora, relativas às reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice e que decorram de riscos por ela cobertos.

Seguro de riscos operacionais

A Companhia renovou, com vigência até 04 de outubro de 2025, o seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, com cobertura no montante de até R\$392.557.

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do resultado do período atribuído aos titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão (i) do resultado atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais (ii) pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o período, somado ao número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em ações ordinárias e preferenciais. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do resultado por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado	11.439	11.638
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	38.443	38.443
Média ponderada das ações preferenciais disponíveis (em milhares)	2.136	2.136
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	0,250	0,256
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	0,850	0,844

O resultado por ação não se confunde diretamente com os dividendos, os quais possuem metodologia específica para o cálculo.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A seguir, são apresentadas as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(466)	(149)
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	708	6
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores	17	
Adição provisão para obrigações vinculadas a concessão em contrapartida à rubrica ativo intangível	445	-
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRPJ e CSLL	1.076	873

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de janeiro de 2025, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia a Portaria SNTEP/MME nº 2.893/2025, alterando o montante de garantia física de energia da UHE Tibagi de 21,00 MW médias para 21,88 MW médios, representando, por tanto, incremento no lastro de comercialização de 0,88MW médios.

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em 12 de fevereiro de 2025.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento
Conselheiro Presidente

Márcio Barata Diniz
Conselheiro

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor Presidente

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador Responsável

Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG-105896/O-1

* * * * *

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

A Administração da Tibagi Energia SPE S.A. (“Companhia”), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Comercialização: Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado firmados no âmbito do Leilão nº 03/2015, no montante total de 19 MW médios, equivalentes a 90,5% da Garantia Física vigente em 2024 (21 MW médios), seguem vigentes e eficazes. O Montante descontratado de 2,0 MW médios foi negociado ao longo do ano no mercado livre, conforme política definida pela Companhia. A receita operacional bruta do exercício de 2024 foi de R\$ 58,07 milhões, superior em 3,62%, ao apurado no exercício de 2023 (R\$ 56,04 milhões), devido, principalmente, ao reajuste do preço de comercialização dos CCEARs em 4,62% (janeiro/2024) pela variação do IPCA.

Em 23 de janeiro de 2025, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia, a Portaria SNTEP/MME nº 2.893/2025, que definiu em 21,88 MW médios o montante de garantia física de energia da UHE Tibagi Montante, acrescentando, portanto, 0,88 MW médios de garantia física, com efeitos a partir da data de publicação da Portaria.

Repactuação do Risco Hidrológico: Em dezembro de 2019, a Companhia optou por aderir à Repactuação do Risco Hidrológico na modalidade SP 100 no montante de 19,00 MW médios vendidos no Leilão nº 03/2015, assumindo, em contrapartida, o pagamento de prêmio mensal no valor de R\$ 21,41/MWh (data base janeiro de 2019), anualmente atualizado pelo IPCA.

Em setembro de 2024, a Companhia manifestou perante a ANEEL sua opção pela repactuação do montante comercializado no âmbito do Leilão 04/2019 (1,2 MW médios), também na modalidade SP100, a vigorar a partir de janeiro/2025, mediante o pagamento do prêmio mensal no valor de R\$ 34,42/MWh (data base janeiro de 2024), também atualizado anualmente pelo IPCA.

Meio Ambiente: Todas as licenças ambientais necessárias às atividades da Companhia, seguem válidas, vigentes e eficazes, estando todos os compromissos ambientais previstos para o exercício de 2024 devidamente atendidos.

Seguros: A Companhia mantém a contratação de seguro para suas operações. Os valores segurados têm por base o laudo de avaliação dos ativos emitido por terceiro independente.

Operação e Manutenção: A operação da usina segue comandada remotamente, a partir do centro de operações do Grupo Brasil PCH. Já a rotina de manutenções e operação local, quando necessária, seguem a cargo do corpo próprio de empregados da Companhia, exceto atividades que demandem equipe especializada ou integrantes em quantidade superior à equipe da Companhia.

Endividamento: A Companhia efetivou, em julho de 2019, a primeira emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor apurado foi de R\$ 243,46 milhões (R\$ 244,20 milhões em 2023).

Resultado do Exercício: No exercício de 2024, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 11,43 milhões, inferior, portanto, em R\$ 0,2 milhões (1,7%), quando comparado ao exercício anterior (R\$ 11,63 milhões).

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos acionistas, empregados, fornecedores e agentes do Setor Elétrico, que contribuíram para o êxito das atividades da Companhia ao longo do exercício social de 2024.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2024.

A Administração.